

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE UM ALUNO CEGO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - ITAQUI -RS

Lucas Vieira Giroto¹

Jéssica Alves Corrêa²

Bruna Todeschini³

Resumo:

O trabalho em questão foi desenvolvido na Universidade Federal do Pampa, campus Itaqui- RS e tem por objetivo relatar as percepções tidas pelos bolsistas no NinA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) em relação a inclusão de um aluno cego nas atividades rotineiras da universidade. Seguindo as diretrizes abordadas pelas pesquisas de natureza qualitativa, realizamos observações sistêmicas ao assistido anotando em um diário de bordo as observações realizadas. Por fim, tendo em vista o relato de experiência e alicerçados pela literatura, constatou se que as reais barreiras de aprendizagem e interesse por parte dos alunos com necessidades especiais, em particular os alunos cegos, são ocasionados pela falta de habilidade unida com a estranheza com que os demais discentes e parte dos professores tratam esses alunos.

Palavras-chave: inclusão ; cegos ; monitoria ; acessibilidade

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE UM ALUNO CEGO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - ITAQUI -RS

¹ Aluno de graduação. lucas.giroto1@gmail.com. Autor principal

² Aluno de graduação. cjessicacorreia@gmail.com. Co-autor

³ Técnico Administrativo em Educação. brunatodeschini89@gmail.com. Orientador



PERCEPÇÕES E RELATOS: INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE UM ALUNO CEGO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - CAMPUS ITAQUI- RS

1. INTRODUÇÃO

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva (BRASIL, 2015). Em especial, a inserção de pessoas com deficiências¹ visuais no ensino superior ainda é pouco problematizada, uma vez que essas pessoas sempre foram historicamente alvos de pejorativas sociais². O acesso e a permanência de pessoas com deficiência visual na educação superior representam alguns dos assuntos que chamam a atenção nos dias atuais, sobretudo pelo número de cegos que frequentam essa etapa do processo de escolarização. (SELAU, 2016).

Do total da população brasileira 23,9% (45,6 milhões de pessoas) declaram ter algum tipo de deficiência. Entre as deficiências declaradas, a mais comum é a visual, atingindo 3,5% da população, ou seja, existem mais de 6,5 milhões de pessoas com deficiência visual, sendo 582 mil cegas e seis milhões com baixa visão, segundo dados do Censo do ano 2010, (IBGE, 2010).

Nas universidades, a presença de estudantes cegos ou com baixa visão, aumentou 475% de 2003 a 2008, sendo que neste período houve o ingresso de 920 alunos nas instituições de ensino superior brasileiras; Em 2010 o número de alunos já se aproximava de 5,2 mil alunos (IBGE). Também houve um aumento de 198% no número de professores com formação em educação especial. Em 2003, eram 3.691 docentes com esse tipo de especialização, em 2014, o número chegou a 97.459 profissionais formados (MEC, 2010).

Acredita-se que o aumento significativo desses alunos no ensino superior, deve-se aos programas de políticas inclusivas que se fortalecem a partir de 2012 com os decretos legislativos nº 12.711/12, responsável por

¹ Adotamos o termo “pessoa com deficiência”, pois o mesmo faz parte do texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência adotado pela ONU em 2006, ratificado com equivalência de emenda constitucional no Brasil através do Decreto Legislativo nº 186 e promulgado por meio do Decreto nº 6.949, em 2009.

² Estes processos históricos, sempre atribuíram a esses sujeitos, uma incapacidade, uma inaptidão para exercerem qualquer tipo de relação social e educacional. A cultura destes sujeitos sempre foi negada, e os mesmos ao longo de suas histórias, foram mantidos em manicômios, segregados, pois no entendimento do “eu” essa “diferença” podia causar contaminação, como se a deficiência visual fosse um vírus ou algo contagioso (COUTINHO, 2011).

assegurar 50% das vagas nos institutos federais de ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, bem como destinado a pessoas de baixa renda, negros, pardos e indígenas. A lei nº 13.409/16 altera a lei anterior, incluindo pessoas portadoras de deficiência ao direito de ingressar na universidade perante o direito de concorrer às cotas. (BRASIL, 2011).

Atualmente a Universidade Federal do Pampa possui 5 alunos portadores de deficiência visual regularmente matriculados em cursos de graduação, que conseguiram acesso ao ensino superior tanto por meio da política de cotas (Lei federal nº13.409) como via ampla concorrência. Os resultados e discussões aqui apresentados são oriundos das observações realizadas pelos bolsistas NinA³ (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade) /NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional) da Universidade Federal Do Pampa campus Itaqui-RS, que desenvolvem trabalhos com os alunos inclusos do campus fornecendo suporte ao seu processo de aprendizagem, sendo que o bolsista 1 realiza suas atividades desde Fevereiro de 2017 com carga horário de 12 horas semanais e a bolsista 2 realiza suas atividades desde Abril de 2015 com carga horário de 20 horas semanais.

Portanto, este trabalho tem por objetivo relatar as percepções obtidas pelos bolsistas – NiNA/NuDE do campus de Itaqui-RS, por meio de uma observação a campo diante das dificuldades e experiências que um aluno cego enfrenta diariamente no ambiente acadêmico.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento metodológico deste trabalho ancorou-se em uma abordagem de natureza qualitativa (LÜDKE, 1986), mediante técnicas de coleta de dados e por meio da observação-participante⁴, realizado entre os períodos de julho de 2017 a setembro de 2017 nas dependências da Universidade Federal do Pampa campus Itaqui-RS.

Seguindo as diretrizes abordadas pelas pesquisas de natureza qualitativa, realizamos observações sistêmicas ao assistido, um indivíduo do sexo masculino, idade: 24 anos, deficiente visual, regularmente matriculado no curso de Bacharelado em Ciência e Tecnologia, campus Itaqui; mantendo sempre um comportamento informal com os professores, e descrevemos de forma cursiva as situações em sala de aula, focalizando as atividades realizadas bem como as reações dos professores e discentes.

Como procedimento de coleta de dados os bolsistas acompanharam o discente em suas atividades acadêmicas, aulas em diversas áreas do

³ O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NiNA é órgão suplementar, de natureza institucional, vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pampa. O NINA é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA.

⁴ A observação participante implica saber ouvir, escutar, ver, fazer uso de todos os sentidos. É preciso aprender quando perguntar e quando não perguntar, assim como qual perguntas devem ser realizadas na hora certa. As entrevistas formais são muitas vezes desnecessárias, devendo a coleta de informações não se restringir a isso. Com o tempo os dados podem vir ao pesquisador sem que ele faça qualquer esforço para obtê-los. (VALLADARES, 2007).

conhecimento: saúde, humanas e sociais, e que puderam, durante as observações realizadas, relatar em um diário de bordo⁵, todas as suas percepções em torno do processo de aprendizagem desse aluno, no qual foram posteriormente discutidas e serviram de base para a formulação dos resultados e da discussão desse trabalho.

3. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Ao entrarmos em sala de aula, já percebemos a dificuldade explícita ao caminhar com o aluno deficiente visual, por conta de parte dos azulejos do piso da sala estarem quebrados ou descolados do solo, evidenciando falta de manutenção e concomitantemente de sensibilização por parte da universidade a esses alunos que carecem de uma superfície em bom estado para poderem caminhar com segurança, quando falamos do todo, em determinados lugares no entorno da universidade notamos a mesma situação, calçadas danificadas ou com trincas em sua construção, mas ressaltamos que em determinados locais há a presença de piso tátil, tais como o restaurante universitário da faculdade, biblioteca acadêmica, locais destinados ao estacionamento de veículos e motos para deficientes, porém em locais de rotineiro acesso desses universitários a presença do piso tátil ainda é deficiente ou inexistente.

O aluno dispõe de um gravador de áudio fornecido pelo NuDE da universidade que durante as aulas presenciadas mostrou ser ineficiente ao aluno, uma vez que o mesmo relatou aos bolsistas dificuldades em salvar as aulas gravadas, escutar as mesmas e nas demais funcionalidades do aparelho; o aluno também possui um notebook próprio, que é utilizado em suas atividades acadêmicas diárias e sobressaímos que em determinado momento em sala de aula, o mesmo foi utilizado por um dos docentes da universidade para a realização de uma prova, entregue essa em pen drive, no qual o aluno demonstrou grandes dificuldades e demasiada demora na execução da mesma por conta das ferramentas operacionais do computador serem limitadas e por conta do notebook se desligar constantemente, exigindo a intervenção contínua do monitor do NInA que ali o acompanhava para religar o computador.

É necessário realizar uma adaptação das provas que serão aplicadas, tornando-as compatível com a necessidade desse aluno, assim, fazemos referência ao modelo de execução de prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que disponibiliza a presença de um profissional leitor e transcritor, tendo em vista o próprio dizer do professor presente ao bolsista, quando inserido naquela situação: “Eu não sei o que fazer”.

Existe necessidade de formação para inserir o aluno com deficiência visual nas atividades acadêmicas, o corpo docente e equipe pedagógica devem ser capacitados continuamente para que isso aconteça, elaborando métodos

⁵ O diário de bordo é um recurso metodológico em que se distinguem as problemáticas e, com elas, a concepção do processo que vem ocorrendo na realidade do envolvido. A problemática pode ser uma circunstância, uma ocasião ou um planejamento. À medida que os problemas vão sendo averiguados, eles se tornam mais compreensivos e delimitados. (PORLÁN, 1997).

alternativos de avaliação e disposição dos recursos de trabalho. Quando fazemos menção ao corpo docente assistido durante as aulas, notamos que alguns possuem maior facilidade e sensibilidade em lidar com as necessidades do aluno, solicitando que os textos redigidos na lousa fossem sempre ditados pela classe e constatou-se que, quando o professor incentivava o aluno deficiente visual a responder indagações propostas em aula, o interesse do aluno ao conteúdo era mais notório do que quando simplesmente, o professor o tratava de modo complacente, cobrando menos deste aluno; de modo geral em todas as aulas assistidas, sentimos a intenção por parte dos professores em tentar adequar a sua metodologia de aula ao aluno deficiente visual, porém, o despreparo por parte desses professores em utilizar metodologias apropriadas, como o braile, por exemplo, tornou o processo de aprendizagem ineficiente.

A relação dos demais discentes presentes em sala de aula em relação ao aluno deficiente visual e suas necessidades, foi de maior parte de despeito para com ele; em poucos momentos os colegas de classe propuseram algum tipo de auxílio ou questionaram se o aluno deficiente visual carecia de algum tipo de assistência, ressaltamos que o aluno possui boa convivência com os demais porém não observamos interação entre as partes fazendo com que a estigmatização do deficiente visual prejudique sua personalidade e autoestima. Por isso, é preciso que as pessoas se sensibilizem e transformem o ambiente educacional o mais adequado possível para o desenvolvimento de qualquer aluno que possua algum tipo de deficiência.

Diante disso, constatamos que se faz necessário medidas potencializadoras do processo de inclusão, tratando da formação e conscientização continuada de todo o corpo acadêmico, pois a falta deste, leva a falhas no processo de inclusão desse aluno; por vezes identificamos que a real barreira enfrentada no processo de inclusão do aluno deficiente visual foi a maneira com que as pessoas o percebiam no ambiente acadêmico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados indicam que o aluno portador de deficiência visual enfrenta inúmeras dificuldades durante sua formação acadêmica. Dentre as evidenciadas nesta pesquisa, a falta de material laboratorial e pedagógico adequado, a falta de comunicação dos docentes com o corpo técnico da universidade (NInA), a indiferença com que os demais alunos tratam a questão da adequação do deficiente visual no ambiente acadêmico, a falta de experiência desses professores em passar seu conhecimento ao aluno, bem como as limitações de acesso a espaços importantes da instituição, foram as mais relevantes.

A questão da inclusão, não pode estar relacionada à quebra de paradigmas sociais, ela deve ser vista como principal questão para garantir acesso, permanência e desenvolvimento de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência visual, por isso tal cenário reflete a atenção relativa ao cumprimento das leis e políticas públicas para atender esse aluno.

Por fim, tendo em vista o relato de experiência e alicerçados pela literatura, constatou-se que as reais barreiras de aprendizagem e interesse por

parte dos alunos com necessidades especiais, em particular os alunos cegos, são ocasionados pela falta de habilidade unida com a estranheza com que os demais discentes e parte dos professores tratam esses alunos.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 12711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível na internet via URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Arquivo consultado em 01 de Setembro de 2017.

BRASIL. Decreto nº 13409, de 28 de Dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicas de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível na internet via URL: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm Arquivo consultado em 04 de Setembro de 2017.

COUTINHO, M. M. A. A inclusão da pessoa com deficiência visual na educação superior e a construção de suas identidades. 2011. 103 f. Tese (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2011.

GARCIA, R. M. C. Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira. 2004. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. CENSO, 2010. [online] Disponível na internet via URL: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/default_caracteristicas_religiao_deficiencia.shtm Arquivo consultado em 15 de Setembro de 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MEC. Ministério da Educação. Disponível na internet via URL: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32105> Arquivo consultado em 08 de Setembro de 2017.

PORLÁN, Rafael; MARTÍN, José. El diario del profesor. Sevilla: Díada Editora, 1997.

SELAU, B.; DAMIANI, M.F. A conclusão da educação superior por cegos e a psicologia de Vygotski: a ponta do iceberg. Revista PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 861-879, set./dez. 2016.

VALLADARES, L. “Os dez mandamentos da observação participante”. (Revista brasileira de ciências sociais, vol. 22, n. 63, p. 154, fev. 2007).